

MEMÓRIA REUNIÃO – 30/10/12 – REDESIM – COMITÊ GESTOR

Secretário Ercílio Santinoni cumprimenta os presentes, integrantes do Comitê Gestor, inicia a reunião comentando sobre o Decreto 4798, de 30 de maio de 2012, que dispõe sobre a instalação da REDESIM, com objetivo de eliminar alguns procedimentos administrativos para desburocratização do registro de empresas na Junta Comercial do Paraná, passa a palavra para Ardison Akel, presidente da Jucepar para expor sobre o andamento dos trabalhos iniciados.

Akel informa sobre as três plataformas utilizadas: no Rio de Janeiro, diferente da utilizada em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e diferentes da utilizada em Minas Gerais, juntamente com entidade pública (DNRC), que apresenta uma limitação, porque não usam o SIARCO, também não usado em São Paulo e Rio de Janeiro. Foram escolhidos 09 Estados e o DF para iniciar a REDESIM. O Estado do Paraná se propôs a ser o projeto piloto, o primeiro a implantar no Brasil. O SIARCOWEB está em teste, que deve concluir em 15/11/12, seguindo o modelo de Minas Gerais – o MINASFÁCIL, com adaptações, que para implantar nacionalmente deverá se chamar INTEGRAR. A equipe de TI de Minas Gerais tem vindo periodicamente a Curitiba, a pedido da Jucepar. Em parceria com o Sebrae e a Prefeitura Municipal de Curitiba, que possui o ICI (Instituto Curitiba de Informática) e Convênio com a Receita Federal, já está emitindo o CNPJ mais rapidamente. A SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda) será parceira em outro momento. A SEMA já se reuniu com a Jucepar. Para a Jucepar integrar-se com a Receita Federal e a PMC é necessário colocar um servidor na Jucepar para facilitar a consulta do nome e localização. Outra ação importante é a padronização de riscos, estabelecendo parâmetros para classificação, por exemplo, sem risco, alto risco e grande risco. Devemos aprofundar diálogo com o Corpo de Bombeiros para ajustar a linguagem das exigências, que hoje demanda muito tempo para análise de projeto e vistoria de estabelecimento comercial e residencial/comercial.

Secretário Ercílio: O Decreto tem objetivo de simplificação do registro de empresas. Francisco Bignardi da Receita Federal sugere mudanças de paradigmas em cada instituição para reduzir o tempo de análise. No caso de Corpo de Bombeiros, a vistoria seria realizada somente quando necessário. Devemos estudar formas de preservar a segurança do empreendimento diminuindo a burocracia, por exemplo, desde 2005 a Receita Federal iniciou um trabalho com a Junta Comercial e a PMC, iniciando em 17/12/2007 a emissão de CNPJ pela Secretaria de Finanças da PMC, que incrementou a Consulta Comercial por internet, que sendo positiva, utiliza-se uma senha para solicitar o CNPJ à Receita Federal. A Receita Federal atendia 100 pessoas/mes no Posto do Portão, hoje está atendendo 3.000 pessoas/mes. O cliente acompanha pela internet, o objetivo do trabalho é o usuário se dirigir somente à Junta Comercial e obter o registro da empresa em 04 dias.

Rúbia Wagner da SESA: A Vigilância Sanitária Estadual emite Licença de Funcionamento com validade de um ano para serviços de saúde e de interesse à saúde, tem poucos funcionários no quadro de servidores para atender as demandas, e passará a proposta a chefia para estudar a reformulação do procedimento.

Armando Lira da FAMPEPAR: hoje a Consulta Comercial passa obrigatoriamente por órgãos deliberatórios, por isso temos que rever os procedimentos

Secretário Ercílio: O Decreto propõe eliminação de procedimentos administrativos, devemos estimular a padronização mínima e elaborar um modelo operacional, para isso devemos formar grupos de trabalho por setores, para estabelecer os graus de risco, tentar padronizar as exigências do Meio Ambiente e de outros quesitos. Não cabe ao Comitê reduzir taxas.

Cabe a SEIM, a pedido do Secretário Ricardo Barros, instalar os Fóruns Regionais das MPEs nas 18 Microrregiões do Estado para conscientizar as Prefeituras sobre as vantagens da REDESIM. Após a mudança dos Prefeitos, continuaremos o trabalho.

Armando Lira pergunta como funciona em Minas Gerais, Akel sugere convidar o técnico de TI de Minas Gerais para participar da próxima reunião. Há necessidade de se padronizar o serviço em todo o país, como acontece com o emplacamento de veículo.

Euclides Locatelli do SESCAP: alerta sobre o treinamento dos funcionários das prefeituras.

Cesar Rissete do Sebrae sugere a formação dos grupos de trabalho.

Agnaldo Castanharo do SEBRAE: Deve sair diretrizes do Governo do Estado para se concretizar os objetivos do Decreto, juntamente com treinamento da base. Devemos definir prioridades e prazos.

Major Sandro Mota do Corpo de Bombeiros: O Gerente Regional deve ter orientação superior das diretrizes. Hoje o contingente é de 2.800 homens, no verão 700 deles vão para o litoral, também não tem pessoal para atender as demandas.

Akel da JUCEPAR: O Projeto INTEGRAR deveria iniciar em Janeiro de 2013, a Jucepar terá 60 Escritórios no interior do Estado, conta com 45 funcionários, sendo 32 na sede e 12 no interior e um no Portão/Curitiba.

Francisco Bignardi da Receita Federal: Programar etapas de ajuste de procedimentos para cada Prefeitura, tentar padronizar.

Secretário Ercílio: Formar Grupos de Trabalho com datas de reuniões:

Grupo Corpo de Bombeiros –Dia 08/11/12 – 14:00

(PMC, SESCAP, FAMPEPAR, JUCEPAR devem participar de todos os grupos)

Grupo Meio Ambiente: 09/11/12 – 14:00

Grupo Licenciamento de Alvarás/PMC – 13/11/12 - 14:00

Receita Federal e SETS

Grupo Vigilância Sanitária: SESA - 21/11/12 – 14:00

Grupo Sistematização de Abordagem às Prefeituras

Rissete do Sebrae: enviar cópia Decreto e solicitar que enviem para a SEIM a regulamentação usada para liberação

Encerrada reunião – Tânia Ribas – tania.ribas@seim.pr.gov.br – 41 3351 7656